



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

1.1 Histórico da UFPA

A Universidade Federal do Pará foi criada mediante a Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, a qual foi sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Na época reuniu as sete faculdades (federais, estaduais e privadas) existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Após 18 meses de sua criação, a Universidade Federal do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959. No entanto, sua instalação foi um ato meramente simbólico, visto que o Decreto nº 42.427 já a aprovara. No dia 2 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, através da Portaria nº 1.307/70. Uma revisão regimental foi procedida em 1976/1977, visando atender disposições legais supervenientes, o que gerou um novo Regimento, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer nº 1.854/77 e publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 1978. Assim sendo, no exercício de 1985, o Regimento da Reitoria foi reformulado, após aprovação da Resolução nº 549, do Conselho Universitário, em 9 de dezembro de 1985, passando a vigorar até a presente data.

1.2 Missão, Visão, Princípios Norteadores da UFPA - O Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 a 2025 (PDI) da Universidade Federal do Pará especificou a missão institucional como: "produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável" (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2016, p. 19). O documento ainda apresenta a visão da Universidade como "instituição multicampi, com

atuação nos municípios das várias mesorregiões do Estado do Pará. Assenta-se no tripé ensino, pesquisa e extensão, voltados para a produção/socialização/transformação do conhecimento na Amazônia? (idem, p. 63). Para tanto, E dentre os princípios norteadores de suas ações: a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente (idem, p. 73).

1.3 Caracterização da UFPA como instituição responsável pela produção de conhecimento para desenvolvimento social e econômico da Região Amazônica -- Conforme o Relatório de Gestão 2016 da PROPLAN (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2017), a UFPA configura-se como a maior instituição de ensino e pesquisa de todo o Norte do Brasil, visto que em 2015 ofertou um total de 535 cursos de graduação, com 40.275 alunos matriculados (sendo 253 cursos regulares, 235 cursos pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica ? PARFOR, e 47 cursos pela modalidade a distância ? EaD), totalizando 86 cursos ofertados na capital, Belém, e 449 no interior do Estado; 49 cursos de especialização em 2015, com 3.321 alunos matriculados; 85 Programas de Pós-graduação (PPG?s) credenciados junto à CAPES, que ofertam 40 Doutorados, 58 Mestrados Acadêmicos, e 22 Mestrados Profissionais em 2016, totalizando 4.156 matriculados nos cursos de mestrado e 2.166 nos cursos de doutorado. Sua estrutura organizacional é composta atualmente de, além do campus de Belém, 11 campi instalados nos seguintes municípios: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí; 14 Institutos, sendo 2 nos campi do interior; 07 Núcleos; 36 Bibliotecas Universitárias; 02 Hospitais Universitários e 01 Escola de Aplicação, possuindo um total de 49.586 alunos universitários matriculados em 2016. A UFPA foi responsável no ano de 2016 pela concessão de 1.166 bolsas de iniciação científica para alunos de graduação envolvidos em projetos de pesquisa. Além disso, foram executados 74 Programas e 461 projetos de extensão, envolvendo 1.026 professores e 244 técnicos, e apoiando 1.110 bolsistas de cursos de graduação para a realização de ações extensionistas, com aproximadamente 330 mil pessoas atendidas. A UFPA oferece conjuntamente 151 cursos/oficinas, com mais de 10.500 beneficiados entre alunos, técnicos, docentes e comunidade externa. Outrossim, foram realizados 283 eventos oficiais, os quais contaram com a participação de mais de 62 mil pessoas, tendo 9.986 certificados emitidos. Desta forma, evidencia-se o valor da UFPA enquanto agente promotor e disseminador de conhecimento no estado do Pará para alunos e comunidade em geral, possibilitando valiosas contribuições ao desenvolvimento

socioeconômico paraense e amazônico.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Alguns elementos importantes para contextualizar a situação da discussão sobre agroecologia na amazônia, sistematizado por Silva et al (2011, p. 30-38), justificam a construção do presente curso de graduação tecnológica em Agroecologia. Para estes autores, historicamente, a região amazônica tem sido disputada nas mais diferentes perspectivas de desenvolvimento. Fato que explica, em certa medida, o porquê da ocupação humana desta fração de território brasileiro possuir desde uma ideia de agricultura industrial e concentradora de recursos naturais e de renda, até uma concepção mais popular, onde a agricultura familiar aparenta ser uma das grandes prioridades, envolvendo formas de práticas agrícolas já existentes na região. Nestes extremos, o debate sobre as questões ambientais e as consequências sociais desses tipos de agricultura passou a ser um indicador fundamental para a consolidação da relação sociedade e natureza, pois influenciam diretamente as possibilidades de sucesso de um pretendo desenvolvimento regional. Alguns pontos podem ser destacados visando pautar esse debate: a) Crise do atual modelo de desenvolvimento (hegemônico, excludente e limitado), não conseguindo atender às exigências de sustentabilidade; b) Novas possibilidades de pensar o desenvolvimento, de forma multidimensional; c) Protagonismo da agricultura familiar. Segundo Altieri (1989; 2001; 2002), a Agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Sendo assim, a Agroecologia, a partir de um enfoque sistêmico, adota o agroecossistema como unidade fundamental de análise, tendo como propósito proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) necessárias para a implementação de agriculturas mais sustentáveis (GUZMÁN CASADO et al., 2000, p. 81). Por outro lado, como ensina Gliessman (2000), o enfoque agroecológico pode ser definido como a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas mais sustentáveis. Nesse sentido, parte-se do princípio que a Agroecologia é saber prático, mas também vem se desenvolvendo como ciência à medida que novos enfoques teórico-metodológicos emergem de experiências práticas e compartilhadas entre agricultores, técnicos, educadores e pesquisadores. Estes novos processos de construção de um entendimento sistêmico das racionalidades ambientais, técnicas e econômicas fazem com que a Agroecologia aporte novos conceitos e métodos que favorecem a integração dos

conhecimentos acadêmicos com os de origem popular nos processos de inovação no manejo dos agroecossistemas. Esse processo veio em reação ao fato de que, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, com a expansão da chamada "revolução verde", a agropecuária de muitos países sofreu transformações estruturais expressivas na busca estrita da produção e da produtividade, via manipulação genética e artificialização do processo produtivo com o uso de agroquímicos (fertilizantes de síntese e agrotóxicos), sendo que tal evolução desprezou saberes historicamente acumulados pelos agricultores (UFSCAR, 2009). Ademais a Agroecologia é orientada ao desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis. Os sistemas de produção agroecológicos fundamentam-se no manejo regenerativo dos recursos naturais (biodiversidade, solos e água). Dessa forma, ao mesmo tempo em que conservam o meio ambiente, são sistemas que pouco dependem de insumos externos para reproduzir sua capacidade produtiva. As formas em que esses sistemas são desenvolvidos e manejados apresentam muitas variações em função dos diferentes ecossistemas e das condições econômicas e socioculturais dos produtores, incluindo sistemas agrícolas e de criação, sistemas agroflorestais, sistemas agroextrativistas e, inclusive, o mais corrente, várias combinações destas possibilidades. Assim, concebe-se a graduação tecnológica em Agroecologia como uma etapa inicial de formação. É uma proposta inédita na UFPA, pois na área de Ciências Agrárias, foram criados três cursos de Agronomia na instituição, em 2002 nos campi de Marabá e Altamira e em 2011 no Campus de Cametá, mas são insuficientes, em termos da Universidade Federal do Pará, para atender uma grande demanda por formação nas ciências agrárias no interior do Estado do Pará. Na Microrregião de atuação do Campus do Baixo Tocantins / Abaetetuba, por exemplo, a população carece deste tipo de conhecimento que lhe possibilite o exercício cada vez mais amplo da agricultura familiar, face às monoculturas que vêm se instalando na região, como a pimenta-do-reino e, agora, no início do século XXI, a plantação de oleaginosas- como o dendê e a mamona, para a produção de biodiesel-, e a transformação de áreas extrativistas nas várzeas em áreas voltadas exclusivamente para a produção de açaí, que não raro acabam impactando negativamente o modo tradicional de vida e produção dos ribeirinhos e dos agricultores do setor de estradas na região, cujas economias estão fortemente fundadas na atividade agroextrativista. Instituições de atuação regional como o Movimento de Ribeirinhos e Ribeirinhas das áreas de Várzeas e Ilhas de Abaetetuba (MORIVA), vêm desenvolvendo um debate sobre a pesca e a piscicultura no interior das ilhas, em decorrência da diminuição de pescado que adveio com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Não menos importante, a Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA), organizando-se para produzir frutas nativas regionais para a merenda escolar e para o

mercado local. Entretanto, há também a preocupação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais com os impactos da produção de dendê sobre a economia campesina, conforme seminário realizado em abril de 2016 no município de Abaetetuba, quando agricultores, poder público, movimentos sociais e Universidade, por meio do Campus de Abaetetuba, estiveram presentes debatendo questões dessa natureza. Isto posto, o Curso de Graduação em Tecnologia em Agroecologia no Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba vem atender anseios de formação, no tocante à relação homem da Amazônia Paraense e conhecimentos agrários, de pelo menos 08 municípios que mantêm uma relação direta com esse espaço acadêmico. Não se pode perder de vista, contudo, que o Curso, no interior de uma Universidade com princípio multicampi também atenderá a demanda formativa de outras realidades do interlang paraense. A partir de uma futura parceria com o Campus de Ananindeua, se atenderá outros municípios da região metropolitana do Estado, com a presença de agricultura periurbana, principalmente quando se considera que será o primeiro curso na área de agroecologia da UFPA. Trata-se, então, de uma nova forma de a interiorização se materializar na Região do Baixo Tocantins, onde se encontra o Campus de Abaetetuba, em busca de atender a realidade do campo paraense, permitindo que os movimentos sociais, as comunidades ribeirinhas, sindicatos, colônia de pescadores, instituições de assistência técnica e extensão rural, dentre outras formas de organização social, tenham condições de ter a Universidade contribuindo com processos de desenvolvimento regional, numa perspectiva sustentável. Nesse sentido, o Campus avança na formação universitária para além das Licenciaturas, buscando cursos na modalidade tecnológica, como a presente proposta, sem descuidar da formação pedagógica, constituindo-se numa conquista dos sujeitos dessa região. Em termos históricos, o Curso de Tecnólogo em Agroecologia estrutura-se no interior de um Campus que foi fundado em 1987, na administração do Reitor José Seixas Lourenço, por meio do Projeto Norte de Interiorização da Universidade Federal do Pará ? UFPA. Vale ressaltar que o Campus de Abaetetuba foi criado com a intenção de atender academicamente à população do Baixo Tocantins, cujo território, segundo dados do Sistema de Informações Territoriais do Governo Federal, abrange uma área de 36.024,20 Km² e é composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Além disso, a população total é de 739.881 habitantes, dos quais 390.579 vivem na área rural, o que corresponde a 52,79% do total. Possui 32.365 agricultores familiares, 24.701 famílias assentadas, 10 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,68 (IBGE, 2016). A realidade socioeconômica da microrregião exige grandes investimentos, principalmente na educação que, em muitas

localidades, é precária. A formação de profissionais da área das ciências agrárias constitui, portanto, uma política de fundamental importância para o desenvolvimento regional.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Tecnologia em Agroecologia

Local de Oferta:

Rua Manoel de Abreu

Endereço de Oferta:

Bairro: Mutirão

CEP: 68440000

Número: 0000

Complemento:

Cidade: Abaetetuba

Forma de Ingresso: Processo Seletivo Especial

Número de Vagas Anuais: 40

Turno de Funcionamento: Matutino

Turno de Funcionamento: Vespertino

Turno de Funcionamento: Integral

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Tecnólogo em Agroecologia

Total de Períodos: 7

Duração mínima: 3.50 ano(s)

Duração máxima: 5.50 ano(s)

Total de Períodos: 7

Duração mínima: 3.50 ano(s)

Duração máxima: 5.50 ano(s)

Total de Períodos: 7

Duração mínima: 3.50 ano(s)

Duração máxima: 5.50 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 2840 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 3408 hora(s)

Período Letivo: Intensivo; Extensivo;

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

A Agroecologia tem como ideia central o respeito às diversidades locais e a convivência com os ecossistemas, contrapondo-se aos pacotes tecnológicos desenvolvidos para a disseminação de sistemas produtivos especializados e via monocultivos comerciais. Segundo a perspectiva agroecológica, a ética nas relações sociais e a equidade na repartição das riquezas socialmente produzidas são aspectos essenciais na avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas. Nesse sentido, os processos de construção do conhecimento agroecológico devem apreender, além da dimensão estritamente técnico-produtiva, aspectos relacionados à dimensão sociocultural que regulam as relações humanas. É nesse sentido que os enfoques sobre as relações sociais de gênero e de geração ganham relevância nos processos voltados à promoção da Agroecologia. Além disso, o respeito e a valorização de identidades socioculturais que especificam comunidades rurais na sua relação com a sociedade e com a natureza é um elemento igualmente fundante do enfoque agroecológico. Considera-se ainda que os princípios da Agroecologia não se encerram no espaço rural, uma vez que são igualmente aplicados no desenvolvimento de práticas sustentáveis entre a população urbana. Ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, para Caporal (2011, p. 88-89), a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, a partir de uma abordagem transdisciplinar, holística. Caporal (2011, p. 86-87), também tem procurado enfatizar o que não é agroecologia, a partir do ponto de vista acadêmico e científico. Para esse autor, isso é importante na medida em que permite uma abordagem diferenciada e mais coerente com a lógica do processo de ecologização que vem ocorrendo. Ainda que a palavra Agroecologia faça lembrar estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, não é pertinente confundir Agroecologia com um tipo de agricultura alternativa. Também não é suficientemente explicativo o vínculo, muito comum, da ciência agroecológica com ?uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho?; ?uma agricultura socialmente justa?; ?o ato de trabalhar dentro do meio ambiente, preservando-o?; ?o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais?; ?o continuar tirando alimentos da terra sem esgotar os recursos naturais?; ?uma agricultura sem destruição do meio ambiente?; ?uma agricultura que não exclui ninguém?; entre outras. Ainda segundo Caporal (2011, p. 87), como aconteceu com a expressão desenvolvimento

sustentável, é cada vez mais evidente a profunda confusão no uso do termo Agroecologia. Não raro, tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura. Também é comum confundi-la com a simples adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas ambientalmente mais adequadas ou com uma agricultura que não usa agrotóxicos ou, simplesmente, com a substituição de insumos. Dessa forma, de acordo com Caporal e Azevedo (2011), tendo clareza sobre o que não seria agroecologia, haveria a possibilidade de ter uma abordagem mais ampliada sobre as práticas agroecológicas, de forma a aproveitar o potencial que essa construção conceitual traz atualmente para a discussão do desenvolvimento rural sustentável.

Necessidade de melhor apropriação do termo Agroecologia no contexto amazônico: Dentro deste processo inicial de discussão em que as formas de exploração do meio amazônico aparecem no centro do debate, pensar na possibilidade de uma agricultura mais sustentável e adaptada aos distintos contextos desta região complexa é o maior desafio. O futuro da Amazônia tem feito parte de agendas nacionais e internacionais, por este motivo os termos Agroecologia e Sustentabilidade precisam ser incorporados na região de uma forma mais adaptada, ou seja, realmente considerar os contextos regionais. Isto ajudaria a evitar uma generalização perigosa de significados mais relacionados com o Centro Sul brasileiro que propriamente com a realidade amazônica. E o centro desta preocupação ganha consistência se considerar que uma grande parte das atuais políticas públicas passa a assumir o conceito de Agroecologia, mesmo que este ainda represente mais a realidade das regiões de clima temperado no país, e não os biomas tropicais. Por outro lado, é preciso que o Estado promova pesquisas direcionadas ao desenvolvimento de matrizes tecnológicas adequadas à região. Dessa maneira, seria um macro desafio do poder federal na Amazônia, o de orientar alterações nas pautas das instituições de Ciência & Tecnologia na região para que, atuando orientadas pelo princípio da diversidade em substituição ao da padronização e da homogeneidade, possam produzir técnicas ajustadas às necessidades regionais? (COSTA, 2003, p. 02-03). Assim, refletir sobre os temas Agroecologia e Sustentabilidade em uma abordagem que leve em conta as pessoas e o território é amadurecer uma identidade compartilhada com os atores sociais, respeitando a diversidade de opiniões e expectativas, é valorizar as expressões culturais e incluir todos neste processo que prima pela valorização de saberes locais. E nesta perspectiva se entende que o desenvolvimento de uma discussão agroecológica mais adaptada aos contextos locais se torna fundamental, a medida em que se apresenta a agricultura familiar como protagonista no desenvolvimento sustentável dos territórios amazônicos. Dessa maneira, o enfoque agroecológico busca lançar novas bases de desenvolvimento, baseado em conceitos como: a diversidade sociocultural, a autonomia

social, a sustentabilidade ampla, a participação nos processos de planejamento e implantação das ações de desenvolvimento, etc. Uma vez que o atual modelo agroindustrial predominante não se consolidou como um caminho viável para um desenvolvimento justo, é importante construir novos caminhos para pensar o desenvolvimento rural ampliado em outras bases, que valorizem a diversidade ambiental, sociocultural e econômica como forma de alcançar a sustentabilidade da atividade agrícola. Nessa concepção, o desenvolvimento sustentável não é a finalidade pretendida, mas o próprio processo de construção e implementação dessas possibilidades de repensar o desenvolvimento regional. No intuito de promover uma maior aproximação das distintas experiências agroecológicas regionais, a realização de um processo evolutivo de socialização, avaliação e intercâmbio de experiências sustentáveis existentes regionalmente se faz urgente para retro-alimentar as demandas por políticas públicas mais sustentáveis. Neste sentido, a educação Superior em Tecnologia em Agroecologia poderá contribuir em ações de desenvolvimento local com princípios agroecológicos, pois de acordo com a parecer CNE/CES 436/2001 a educação em Tecnologia vai além do simples domínio de como fazer e atuar em processos e requer a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões? (BRASIL, 2001, p. 2). Em relação ao que consta no Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) do Campus de Abaetetuba da UFPA, construído em 2012, a criação do curso de Tecnologia em Agroecologia atende ao que consta no referido documento, que cita a possibilidade de realizar uma ação de levantar demandas regionais por cursos de graduação, e a implantação de novos cursos em atendimento a essa demanda (UFPA, 2012). Assim, este curso permite atender a esses critérios, principalmente por se tratar de uma formação voltada para as populações do campo e para as especificidades sociais, econômicas, culturais, ambientais, técnicas e produtivas do meio rural regional. Sua criação também significa um alinhamento ao que estabelece o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPA, que afirma que é imprescindível repensar a importância do papel da UFPA frente às demandas da sociedade, num horizonte que aponta mudanças de ordem social e econômica para a região amazônica, e em sintonia com os objetivos do milênio, que traduz o propósito de melhorar o índice de desenvolvimento humano e social, e de trabalhar para uma nova consciência voltada para a paz e a preservação do ecossistema (UFPA, 2017). O curso de Tecnologia em Agroecologia visa justamente obter, a partir do que é preconizado em seus objetivos, uma discussão sobre a sustentabilidade dos sistemas de produção, tendo em vista os princípios norteadores da reciprocidade da relação entre sociedade e natureza. Esses aspectos se coadunam com o que propugna o PDI da UFPA, que também afirma que a

cultura do desmatamento ainda é prevaiente pela rentabilidade em curto prazo, porém expressa um modelo de desenvolvimento que tem se revelado ecologicamente depredador, socialmente perverso e politicamente injusto. É importante a proposição de uma lógica econômica e ecológica que remunere os serviços ambientais de proteção florestal (UFPA, 2017). O próprio PDI reconhece o papel da agroecologia, ao afirmar: \\\\\"A agroecologia promove um desenvolvimento territorial rural, pela utilização efetiva de mão-de-obra e formação de arranjos produtivos locais, mostrando que meio ambiente e atividade econômica podem conviver juntos\\\\\\" (UFPA, 2017, p. 27). Portanto, a lógica agroecológica proposta pelo curso possibilita a integração de novas propostas de desenvolvimento, que não necessariamente estejam atreladas às que são predominantes na atualidade da região amazônica, centrada no uso exaustivo dos recursos naturais, sem uma maior preocupação ambiental e com as populações locais. É importante levar em conta a relevância desses aspectos.

OBJETIVOS DO CURSO

Formar Tecnólogos em Agroecologia aptos a planejar, executar, avaliar e otimizar a atividade agropecuária, com base em critérios agroecológicos. Este profissional deverá ser capaz de interpretar, analisar, promover, orientar e administrar de maneira crítica, comprometida com o desenvolvimento agroambiental sustentável da região amazônica nas suas dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais, compreendendo a diversidade e necessidades sociais do meio rural, promovendo melhorias na qualidade de vida do homem do campo (em especial o agricultor familiar), dando ênfase a este segmento que permanentemente vem sendo ignorado ou contemplado em segundo plano pelas políticas públicas voltadas para o rural. Como objetivos específicos, busca-se favorecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão desde o início do curso, através da instrumentalização dos futuros profissionais para a investigação e análise crítica do contexto do campo, propondo soluções inovadoras para os problemas verificados na prática profissional, através de projetos técnicos e pedagógicos de apoio; Ademais, se pretende estabelecer mecanismos de integração entre os acadêmicos do Curso Tecnológico e Instituições de Ensino Estadual e Municipal, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ONGs, entidades de prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural Movimentos Sociais, Cooperativas, Associações e Sistema de Arranjos Produtivos Locais no campo. Por fim, objetiva-se integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os conhecimentos e

habilidades relativas às atividades técnicas do trabalho e de produção regional.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de Tecnologia em Agroecologia prevê formar tecnólogos, numa proposta curricular inovadora que visa construir-se em uma base multi e interdisciplinar em que os saberes das áreas do conhecimento articulam-se em uma perspectiva de formação emancipadora e comprometida com a realidade da agricultura familiar regional, integrando tal discussão ao debate com vivências agrárias, com o objetivo de que os egressos possam atender as populações que vivem nesses locais. Considerando as peculiaridades regionais, os egressos deverão possuir uma sólida formação teórico-prática que lhes possibilitem associar os conteúdos curriculares e os saberes da experiência à necessidade e realidade do campo, levando em conta as exigências dos conhecimentos técnicos em agroecologia; poderão atuar em atividades de assistência técnica e extensão rural, elaborando projetos e atuando na prática, aplicando os conhecimentos obtidos na formação acadêmica, sendo esta junção construída entre a Universidade e suas parcerias considerando as demandas/perfil do grupo e as condições objetivas da oferta.

COMPETÊNCIAS

O profissional habilitado em Tecnologia em Agroecologia apresentará competências que se complementam para intervir e participar, de maneira ética e reflexiva, nos projetos de desenvolvimento da sociedade dentro das seguintes competências:

- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- Compreender o processo de evolução da agricultura e as bases científicas e tecnológicas da Agroecologia;
- Conhecer os métodos e técnicas de conservação e recuperação do solo e orientar quanto ao manejo agroecológico do solo, considerando suas características físicas, químicas e biológicas;
- Planejar e orientar a implantação de sistemas e métodos de controle de insetos, doenças e plantas espontâneas, utilizando princípios agroecológicos;
- Contribuir e orientar na implementação de sistemas agroecológicos de produção vegetal/animal/extrativista e na gestão dos atributos naturais em espaços de uso familiar e/ou

comunitário;

- Posicionar-se criticamente e eticamente frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.
- Participar e atuar em diferentes segmentos das cadeias de produção agroecológicas;
- Planejar, implantar e/ou orientar projetos de transformação, conservação e comercialização de produtos agropecuários e extrativistas;
- Proceder estudos e analisar a sustentabilidade de agroecossistemas de maneira participativa e considerando, no mínimo, as dimensões social, ecológica e econômica;
- Prestar assistência, assessoria, consultoria e orientação técnica às famílias que desenvolvem atividades agropecuárias e extrativistas ou organizações da sociedade relacionadas a esta área;
- Realizar estudos e experimentos em sistemas de produção sempre observando os princípios agroecológicos e o diálogo com saberes e experiências das diversas categorias do campo;
- Estimular, animar e assessorar as diversas formas de organização social que visem o fortalecimento da cooperação e solidariedade na agricultura e na sociedade em geral.

Entendemos que as competências aqui expostas estão em consonância com as definidas no perfil do Técnico em Agroecologia descrito pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores em Tecnologia (BRASIL, 2016) que define o perfil do profissional formado a partir da Tecnologia em Agroecologia, a saber:

1. Planeja, executa, monitora, analisa e certifica sistemas de produção agroecológicos;
2. Planeja e executa atividades de manejo de sistemas de produção agroecológicos e do ambiente agrícola;
3. Implanta sistemas de produção animal e vegetal;
4. Gerencia o processamento e comercialização da produção agroecológica;
5. Elabora, planeja, executa e difunde programas e projetos de fomento ao desenvolvimento rural;
6. Assessoria órgãos públicos e empresas privadas;
7. Subsidiar a concepção, acompanha e executa políticas públicas em nível local e regional.
8. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso de Tecnologia em Agroecologia se constitui como uma proposta interdisciplinar de formação. Assim sendo, a forma de organização curricular intencionalizará atividades e

processos que garantam sistematicamente a relação prática-teoria-prática vivenciada no próprio ambiente social e cultural de origem dos estudantes, prioritariamente ligados ao meio rural. A realização do curso se dará através da organização de turmas específicas compostas a partir de demandas identificadas pela Instituição e/ou pelas parcerias constituídas, de modo a favorecer uma formação identitária de turma e a gestão coletiva do processo de formação tecnológica. A organização curricular por etapas presenciais (equivalentes a períodos letivos de cursos regulares) intercalando as atividades durante os momentos vivenciados na Universidade e as atividades de campo nas comunidades rurais, para permitir o acesso e a permanência dos profissionais em exercício no campo e não condicionar o ingresso de jovens e adultos na educação superior à alternativa de deixar de viver no meio rural. Esta dinâmica curricular propiciará a compreensão das relações entre os conhecimentos acadêmicos e a aplicabilidade destes nas realidades do campo, bem como o conhecimento e o diagnóstico das problemáticas vivenciadas pelos agricultores familiares da região. De sorte que, esta metodologia curricular ainda possibilita o acesso e permanência dos moradores do campo e demais trabalhadores da zona rura no curso.

A carga horária total será de 2.840 horas, assim distribuídas: a. Núcleo Formador = 480 horas. b. Núcleo Específico = 2.160 horas. c. Núcleo Integrador = 200 horas. Neste sentido, o Curso Superior em Agroecologia ? Campus de Abaetetuba cumpre a CH mínima prevista no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), disponibilizado pelo MEC em 2016 (BRASIL, 2016). a) Núcleo Formador: As disciplinas e atividades ofertadas no núcleo formador objetivam proporcionar ao discente os subsídios para a construção da formação intelectual e na área de pesquisa; b) Núcleo Específico: Neste núcleo, as disciplinas possuem a finalidade de possibilitar uma sólida formação teórico-prática do graduando na dimensão Tecnologia em Agroecologia, oferecendo conteúdos curriculares visando o desenvolvimento de habilidades e competência para a atuação na atividade profissional como tecnólogo. c) Núcleo Integrador: Tem como objetivo proporcionar ao formando tempos e espaços curriculares diversificados para além do padrão turma/professor/horas-aula semanais, desse modo, constitui-se de disciplinas optativas, oficinas, seminários interdisciplinares sobre temas educacionais e profissionais, grupos de trabalho supervisionado, participação em eventos, atividades de iniciação à pesquisa, atividades de extensão, entre outros, capazes de incentivar e, ao mesmo tempo, possibilitar aos futuros tecnólogos atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, promovendo o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas, no âmbito da proposta de formação ao longo do curso.

Algumas temáticas serão trabalhadas de modo transversal, contínuo e permanente, sendo constantes das disciplinas apresentadas no PPC do curso, visando atender a Resolução do CNE / CP nº 01/2004 (BRASIL, 2004a), o Parecer CNE / CP nº 03/2004 (BRASIL, 2004b), e a Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008), que instituem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; a Resolução do CNE/CP nº 01/2012 (BRASIL, 2012), que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; e a a Resolução CNE / CP nº 02/2012 (BRASIL, 2012), que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

- Educação ambiental: será trabalhada de forma transversal-disciplinar, a partir das temáticas constantes ao longo de todo o período de formação do curso de Tecnologia em Agroecologia, haja vista que a dimensão ambiental é uma constante fundamental para a consecução dos objetivos do curso, do ponto de vista educacional e técnico-produtivo.

Entre essas disciplinas, podem ser citadas em especial a de Ética e Educação Socioambiental, assim como as de Agroecologia, Desenvolvimento Rural Sustentável, Ecossistemas Amazônicos, Manejo Agroecológico de Solos e Recuperação de Áreas Degradadas, Manejo Agroecológico de Frutíferas, Criação Agroecológica de Animais I e II, Sistemas Agroflorestais, Agroextrativismo e Manejo de Recursos Florestais, Agroecologia Aplicada à Olericultura, Agroecologia Aplicada ao Cultivo de Plantas Alimentícias, Manejo de Pesca e Aquicultura, Direito Agrário e Ambiental, Avaliação da Sustentabilidade de Agroecossistemas Familiares, entre outras; - História e Cultura Afrobrasileira e Indígena: essa temática, trabalhada de modo transversal, perpassa uma dimensão formativa intercultural, a partir da discussão das experiências e saberes de determinadas populações, que estão presentes estruturalmente no âmbito da vida social contemporânea, principalmente no que se refere ao espaço amazônico. Dentre as disciplinas que abordarão o tema destacam-se: Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia, Etnoconhecimento, Educação e Direitos Humanos e Direito Agrário e Ambiental;

- Educação em Direitos Humanos: essa temática é integrada à formação do curso de forma disciplinar, sendo constante da atividade curricular denominada Educação e Direitos Humanos, sendo abordados diferentes aspectos como multiculturalismo e direitos humanos, direitos de populações tradicionais, estado democrático e cidadania, políticas públicas na área de educação e direitos humanos, etc.

Por fim, o Curso de Tecnologia em Agroecologia se caracteriza pela forte ênfase na formação do futuro profissional, a fim de que este esteja habilitado para lidar com a diversidade de situações e oportunidades do campo. Por isso, parte das atividades curriculares se organizará em torno de temas relativos às disciplinas de Ética e Educação Socioambiental, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Comunicação e Extensão Rural, Sociologia Rural, entre outras. Outrossim, os projetos de pesquisa e extensão em desenvolvimento no Campus de Abaetetuba deverão ser espaços privilegiados de estudo das temáticas interdisciplinares, destacando-se os projetos dos grupos de pesquisa: GEPESEED (Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão: Sociedade, Estado e Educação) - Prof. Afonso Nascimento; GEPIATI (Grupo de Pesquisa e Estudo Interdisciplinar em Ambiente, Território e Interculturalidade) - Prof^a. Eliana Teles; GEDAF (Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar) - Prof. Francinei Bentes, DIDRA (Dispositivos, Instituições e Desenvolvimento Rural) - Prof. Lívio Sergio Dias Claudino, entre outros. Além disso, nessa estratégia se insere a constituição planejada do futuro Laboratório Agroecológico do Baixo Tocantins, que se desenha uma proposta interdisciplinar de Pesquisa?Formação?Desenvolvimento, tornando-se o locus para a acumulação científica gerada pela interação entre estas três atividades.

METODOLOGIA

A organização metodológica do curso sustenta-se a partir da proposta da Pedagogia da Práxis (GADOTTI, 1995) fundamentada no movimento dialético entre teoria e prática. Tal metodologia se fundamenta na articulação das disciplinas curriculares como um momento de reflexão e fundamentação teórico-metodológico e conceitual, em que os alunos terão acesso aos conhecimentos socialmente construídos pela humanidade. Ao mesmo tempo em que esses alunos terão a possibilidade de realizar a síntese teórica-conceitual a partir da reflexão acerca da sua realidade sociocultural. Dentro desta articulação das disciplinas, alunos e professores terão a oportunidade de realizar a vivência pedagógica como um momento de engendramento dos saberes teóricos e dos advindos da experiência dos educandos que deverão fundamentar a formação do tecnólogo em todo o decorrer do curso. O conjunto da proposta do curso não se limita a oferta de disciplinas curriculares formais, pois a metodologia da práxis educacional será vista de forma dialética como ação-reflexão-ação (FREIRE, 2003), que se fundamenta intercalando as atividades durante os momentos vivenciados na Universidade e as atividades de campo, articulados como a base da formação

do educando. Neste sentido, o período vivenciado na Universidade será momento de formação teórico-metodológico e conceitual com vistas a apropriação de saberes científicos para a intervenção na realidade sociocultural das comunidades. Do outro lado, serão dois tipos de atividades de campo: as realizadas nos quatro (04) Estágios Supervisionados, nas quais os estudantes irão passar um período nas comunidades rurais, imersos nas problemáticas locais, e as atividades de campo a partir das disciplinas do curso. Nessas ações, haverá o momento de (re)elaboração teórica com objetivo de uma síntese teórico-metodológica que se constrói a partir da intervenção e reflexão acerca da realidade concreta. A articulação desses períodos será pautada pela realização da pesquisa que será o fio condutor da síntese intelectual proposta. No período vivenciado na Universidade as propostas de pesquisa serão construídas partindo dos eixos teóricos sugeridos no projeto pedagógico, e durante o período das atividades de campo nos estágios supervisionados, os alunos terão que realizar pesquisas in loco para a produção científica a respeito das mesmas. A cada retorno dos estágios de campo, que será nas etapas durante o período na universidade, os alunos terão os seminários integrados com objetivo de apresentarem publicamente os resultados e discussões sobre as pesquisas realizadas, dentro de uma perspectiva colaborativa de problematização-reflexão e intervenção na realidade local. Após os Seminários as produções recorrentes dos mesmos retornarão às comunidades em forma de seminários temáticos que serão realizados pelos educandos e acompanhados pelos professores orientadores do estágio supervisionado. Ressalta-se que a proposta metodológica de condução do curso, basear-se-á em atividades de pesquisas, seminários, estágios e atividades culturais e científicas, tais atividades serão viabilizadas a partir da formação dos formadores, ou seja, os professores envolvidos no projeto deverão compreender e participar ativamente da proposta do curso. Por isso, entre as etapas dos períodos vivenciados na Universidade serão realizadas as oficinas de preparação de vivência educativa que terá como objetivos: 1- Planejamento e organização do fluxo metodológico-curricular da etapa; 2- Articulação das propostas que serão realizadas nas disciplinas; 3- Definição de atividades colaborativas entre as disciplinas que serão ofertadas nas etapas; 4- Definição da realização das ações do período na Universidade e das atividades de campo; 5- Discussões sobre a proposta metodológica do curso; - Avaliação da condução metodológica das etapas. Nas oficinas pedagógicas de formação e planejamento serão realizadas a organização e planejamento das atividades relacionadas com o bloco disciplinar, seguindo a organização do desenho curricular. Nessas oficinas pedagógicas serão definidos eixos temáticos que serão condutores da proposta metodológica da etapa ofertada. O Eixo Formativo curricular tem como objetivo agregar multi e interdisciplinarmente aos conteúdos curriculares das

disciplinas que serão ofertadas, primando por um diálogo colaborativo entre as mesmas para dinamizar o curso e garantir a formação integral do educando. A viabilização da proposta metodológica do curso será realizada a partir dos momentos pedagógicos, intercalando os períodos de atividades na Universidade e atividades de campo, articulados pelo núcleo integrador. Essa prática será realizada também no interior da disciplina curricular, no decorrer da oferta da mesma ao longo da etapa, sendo orientada e avaliada pelo docente responsável pelas atividades didáticas propostas no plano de curso da disciplina e no planejamento global do Projeto, e no decorrer dos próprios períodos letivos, intercalando-se o processo de alternar os períodos na Universidade e as atividades de campo, em que se levará em conta as experiências do educando e sua inserção na realidade local. O acompanhamento, orientação e avaliação da condução da proposta metodológica entre as etapas será realizado pela equipe pedagógica do projeto que será composta: Coordenador Geral do Projeto, coordenador pedagógico, Professores orientadores das disciplinas de Pesquisa, Estágios Supervisionados e Estágio Institucional. As atividades serão acompanhadas in loco, atendendo os seguintes municípios: Acará, Abaetetuba, Barcarena, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri, Moju, Tailândia e Tomé-Açu.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado é imprescindível e tem por objetivo principal proporcionar melhoria do processo ensino/aprendizagem, integrando a instituição universitária e outras instituições e entidades ligadas ao meio rural e à agricultura familiar na região do Baixo Tocantins, sob a forma de treinamento prático e aperfeiçoamento técnico, científico, social e cultural, dando condições ao acadêmico para que tenha um maior contato com as ações na agricultura familiar na região, e maior confiança para atuar na área, desempenhando a função de um profissional produtivo no campo, laboratórios, escritórios, etc, procurando assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas. Eles são concebidos como conteúdos curriculares obrigatórios e visam garantir o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais. Serão realizados dois tipos de estágio durante a formação continuada proposta para o curso de Tecnologia em Agroecologia, visando atender as especificidades da formação proposta: o Estágio Supervisionado, atividade de campo vista como obrigatória para complementar a formação profissional dos Cursos Tecnológicos e o Estágio Curricular Supervisionado Institucional (externo ou de vivência profissional). De

acordo com o estabelecido no Art. 75 do Regulamento de Graduação (UFPA, 2013, p. 20), a carga horária de Estágio Supervisionado obrigatório será definida no Projeto Pedagógico de Curso, respeitada a legislação em vigor. - Estágio Supervisionado: Essa modalidade inclui os estágios de vivência no campo, com 180 horas em 04 períodos diferentes (a partir do terceiro período letivo de formação), e devem ser realizados em espaços produtivos de agricultores familiares da região do Baixo Tocantins, complementando e consolidando os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas e práticas, ministradas no âmbito das diversas disciplinas que compõem o seu currículo. Esse período constitui um elemento-chave da metodologia do curso, em que os estudantes voltam às comunidades rurais para colocar em prática o que foi apreendido durante o período vivenciado na Universidade, constituindo um contínuo construir pedagógico da práxis em situação (GADOTTI, 1995; FREIRE, 2003), e ainda possibilitando o contato constante dos educandos com a situação concreta do campo. O objetivo desses períodos é dar ao profissional em formação a oportunidade de exercitar o confronto entre teoria e realidade, de se inserir no âmbito da realidade regional e de ser conduzido a uma participação ativa e efetiva na produção do conhecimento, além de possibilitar sua iniciação na prática metodológica da pesquisa e da extensão. Os conteúdos das disciplinas correlacionadas deverão estar voltados para dar aos estudantes as ferramentas fundamentais para o entendimento dessa realidade e a competência técnico-científica necessária para buscar respostas aos diversos problemas que se manifestem dentro do contexto das unidades de produção familiar. Os períodos de vivência no campo estarão relacionados com o calendário agrícola da região, tendo como local de realização os estabelecimentos agrícolas familiares e as localidades rurais. Sua distribuição se dará ao longo do curso (3º, 4º, 5º e 6º períodos letivos), permitindo ao estudante observar a realidade e os processos produtivos (ciclo produtivo anual) e construir, a partir desta aprendizagem concreta, o referencial prático necessário ao profissional. Em linhas gerais, o objetivo dessas práticas de vivência é a observação e análise da propriedade na sua complexidade e a identificação dos diferentes tipos de agricultores existentes em uma microrregião. Para sua realização, a orientação que predomina é a do método indutivo (do particular para o geral), ou seja, do nível das parcelas / rebanhos / exploração local dos recursos naturais, passando pelos níveis do sistema de produção e sistema família-espço produtivo, e finalizando no nível dos sistemas agrários locais. Assim, os locais de experimentação poderão ser as propriedades dos agricultores, constituindo-se em formas de experimentação em meio real, levando em conta as imprevisibilidades do meio biofísico e socioeconômico, e o contexto no qual os agricultores familiares da região se situam. Serão assim distribuídos os períodos de sua realização: a) No 3º (terceiro) período letivo do curso, chamado período de imersão no

meio rural (em um total de 45 horas), para permitir ao estudante ter um primeiro contato com a agricultura familiar e, conseqüentemente, levantar questionamentos iniciais sobre a realidade rural (social e ambiental) e os processos produtivos, que deverão ser amadurecidos ao longo do curso. b) No 4º (quarto) e 5º (quinto) períodos letivos do curso, também em 45 horas cada, quando o estudante realizará levantamentos referentes aos elementos do sistema de produção e fará um acompanhamento sistemático do ciclo agrícola nos espaços de produção agrícolas familiares e nos demais espaços produtivos utilizados pelas famílias, aplicando os conhecimentos técnico-científicos adquiridos ao longo do curso. Além disso, deverão ser observados e descritos os sistemas técnicos praticados pelos agricultores familiares em suas atividades produtivas e em seus espaços de produção, no nível das parcelas, dos rebanhos e dos espaços locais de exploração dos recursos naturais disponíveis; c) No 6º (sexto) período letivo, igualmente composto por 45 horas, quando o estudante realizará um estudo no âmbito da localidade onde está inserido o estabelecimento, visando observar o nível de apreensão da realidade referente aos sistemas agrários locais / regionais. Desta forma, em cada período letivo serão oferecidas disciplinas-chaves que servirão de base para os estudos a serem desenvolvidos nos momentos designados para as práticas de vivência no campo. Esses elementos fornecidos pelas disciplinas serão essenciais para nortear as bases teórico-metodológicas que orientarão a realização desses cinco períodos de vivência previstos para diferentes momentos da formação planejada. - Estágio Institucional (externo ou de vivência profissional): Será realizado um momento de estágio (no 7º Período letivo), totalizando 45 horas (sendo 30 horas de prática e 15 horas para as atividades de extensão). Os alunos serão livres para desenvolver atividade de estágio em outras instituições públicas ou privadas de assessoria e apoio à agricultura familiar regional, em organizações representativas desses setores sociais e em órgãos da administração pública, em seus diversos níveis, que estejam relacionados ao meio rural e às preocupações dos agricultores familiares e suas organizações. A atividade deverá corroborar no processo de sua formação, estando sob a supervisão docente por meio de instrumentos de acompanhamento definidos pelos educadores. O estágio deverá ser no campo das ciências agrárias, de forma que o aluno possa vivenciar na prática, mas ainda em uma condição de aprendiz, a situação do mercado de trabalho que o espera, principalmente voltado para a agricultura familiar. Assim, o referencial teórico-metodológico apreendido nas disciplinas poderá orientar os estudantes. Concretamente, esses elementos farão parte da política de extensão da graduação, pensada como um instrumento metodológico de participação e ação nas instituições locais / regionais. Como temáticas estruturantes, podem ser citados no Estágios Institucional: programa de estágio elaborado em conjunto com as instituições;

supervisão das atividades realizadas pela instituição / curso de graduação; relatórios técnicos elaborados pelos acadêmicos estagiários. A avaliação das atividades realizadas no estágio ocorrerá durante o desenvolvimento de todo o percurso formativo, tanto por parte da prática pedagógica como por parte da escola-campo, além da auto-avaliação do educando. Ao final do estágio de cada período letivo será elaborado um Relatório referente às atividades desenvolvidas em campo, com o material utilizado na execução.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, com C.H. de 200 horas, se caracterizam como tarefas complementares curriculares e extra-curriculares que poderão ser desenvolvidas na dinâmica da intercalação entre períodos vivenciados na universidade e as atividades práticas de campo, tais atividades de capacitação acadêmica, podem constituir-se, a partir de: disciplinas optativas oferecidas no desenho curricular do curso, monitorias do curso específico, bem como participação em projetos de extensão, atividades profissionais vinculada ao curso, além de participação em palestras, seminários, mesa redonda, congressos, conferências, projetos de iniciação científica, trabalhos publicados e outras atividades de cunho acadêmico-científico-culturais que se articulem com o tema tecnologia em agroecologia. Um aspecto importante das atividades complementares a serem realizadas pelos alunos é que elas valorizam a importância da articulação entre os saberes da experiência e os saberes do campo teórico em relação à temática das ciências agrárias e da natureza, o que contribui grandemente a uma sólida formação do aluno. Para que o conhecimento apreendido nas atividades complementares não fique restrito aos alunos serão realizados no decorrer das etapas do curso momentos de socialização da produção acadêmica curricular e científica para as comunidades envolvidas no projeto.

TRABALHO DE CURSO (TC)

Embora o Trabalho de Curso (TCC) seja componente optativo para os cursos superiores em tecnologia, conforme dispõe a Resolução CNE/CP nº 3/2002(BRASIL, 2002) e o Parecer CNE/CES n. 239/2008(BRASIL, 2008), no curso de Tecnologia em Agroecologia - Campus de Abaetetuba essa atividade integra o projeto pedagógico por entendermos ser de grande relevância, pois tem como fim sistematizar o conhecimento construído no decorrer do processo formativo a partir da realidade concreta. Neste sentido, o aluno irá aplicar, sob

orientação docente, todo seu conhecimento metodológico e referencial técnico-científico para a produção de um trabalho, nos moldes acadêmicos, dentro da área que escolher. O TCC será realizado em um dos campos do conhecimento que norteiam a configuração curricular do curso, a partir de projeto de pesquisa do discente, com a concordância de seu orientador. Deverá ser elaborado individualmente e realizado ao longo do último ano de curso, salvo casos devidamente justificados e aceitos pelo Conselho da Faculdade que receberá (ou abrigará) o curso. O TCC em acordo com o que estabelecem os artigos nº 79 a 83 do Regulamento do Ensino de Graduação (UFPA, 2013)- deverá ser centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, conforme legislação em vigor. Assim, o aluno desenvolverá a fundamentação teórico-metodológica e procederá à análise dos dados de um trabalho de iniciação científica. A intencionalidade desta organização está em promover maiores possibilidades dos alunos desenvolverem trabalhos acadêmicos com profundidade teórica sanando ao máximo suas dúvidas. O processo de orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) deverá iniciar no 5º período letivo, com a disciplina Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso, que fornecerá os instrumentos/conhecimentos prévios necessários para a construção e o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Ainda conforme o Art. 82 do Regulamento de Ensino da Graduação (UFPA, 2013), o TCC será orientado "por docente da UFPA devidamente credenciado pelo Conselho da Faculdade [...] e vinculado à área temática do trabalho, indicando, sempre que possível, pelo próprio discente". O parágrafo único do referido artigo também esclarece que poderá ser realizada orientação do Trabalho de Conclusão de Curso por profissional externo à UFPA, desde seja coorientado por docente vinculado ao curso. Porém, o profissional externo deve se cadastrar na Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM), do Campus Universitário do Baixo Tocantins / Abaetetuba (CUBT), conforme definido em seu regimento interno. A definição do orientador deverá ser compatibilizada, o quanto for possível, às linhas de pesquisa definidos pelo curso, segundo a disponibilidade dos orientadores. No 7º período letivo, após a conclusão do trabalho, o discente deverá defender publicamente seu Trabalho de Conclusão de Curso em uma reunião previamente acertada entre o aluno e seu orientador. O discente deverá defender seu Trabalho de Conclusão de Curso e ser examinado por uma Banca proposta pelo orientador, constituída de, no mínimo, dois membros titulares, sendo um deles obrigatoriamente o orientador, que presidirá a sessão, e por professores do quadro docente da universidade (podendo opcionalmente ser um convidado externo à subunidade e à própria UFPA), conforme estabelece o Artigo 81 do Regulamento de Ensino da Graduação

(UFPA, 2013, p. 22). O Conselho da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo regulamentará, em resolução própria, sobre as diversas formas de concepção, desenvolvimento e apresentação do TCC, bem como a organização das defesas, o calendário específico, o evento próprio para as apresentações públicas, as formas e os instrumentos de avaliação, respeitando o disposto nos Art. número 79 a 83 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA (2013).

POLÍTICA DE PESQUISA

No ensino superior a pesquisa trata-se de um componente de suma importância na formação acadêmica do discente. Ademais, pesquisar não se caracteriza como uma ação mecânica, distanciada de um referencial teórico e metodológico, uma vez que deve vislumbrar um olhar científico sobre a realidade em que ela se desenvolve. O processo de pesquisa não é homogêneo, linear, uniforme, a-histórico; ao contrário, é histórico e por isso complexo e desafiador, exigindo uma postura séria e reflexiva do pesquisador. Desta forma, surge um questionamento fundamental sobre a prática da educação superior: "Sem pesquisa, não há vida acadêmica, a menos que a reduzamos a uma tática incolor de repasse copiado. Se assim for, não combina com a formação da competência de sujeitos históricos?" (DEMO, 2007, p. 78). Assim sendo, a pesquisa deve se configurar como uma ação de sujeitos na busca de compreender sua história, sua realidade, dar respostas, fazer perguntas e apontar direcionamentos às problemáticas. Concretiza-se como componente basilar na formação do profissional visto que o levará à produção de novos conhecimentos, assim como a apropriação de saberes construídos historicamente. "Toda pesquisa implica atividade sistemática e é, no fundo, sempre exercício acurado de argumentação própria?" (DEMO, 2001, p. 93). O saber surge da observação que somos capazes de realizar, da indagação e articulação do que consideramos conhecer e do que desejamos conhecer. Verdade é o ser, em sua essência e existência e, somente se faz presente pela necessidade, pelo confronto e ação do indivíduo (BACHELARD, 1996, p. 86). A UFPA apresenta uma concepção concordante com a compreensão de Demo (2007), na qual se defende que a pesquisa acadêmica faz parte da profissionalização, e deve fazer parte do processo constante de formação de competência. Destarte, desenvolvida deste modo, a pesquisa torna-se "a maneira decisiva de substituir treinamento por educação, ou seja, o mero fazer pelo saber fazer e sempre refazer; tratando-se de formação de competência, o aspecto formativo deve predominar sobre o transmissivo?" (idem, p. 87). Como fruto destas compreensões, no decorrer do curso,

buscaremos identificar as linhas de pesquisa-desenvolvimento que poderão ser privilegiadas no curso a partir dos conteúdos profissionais essenciais e específicos. Dessa forma, o curso de Tecnologia em Agroecologia se fundamentará na estreita relação com a realidade do campo da região do Baixo Tocantins, o que significa dizer que as problemáticas nele levantadas deverão, necessariamente, estar em consonância com os problemas encontrados nas regiões onde estará sendo oferecido. Tanto melhor será a percepção e compreensão desses problemas, quanto mais cedo os alunos se defrontarem com a realidade. Nesse sentido, além das atividades práticas e de estágio, será prevista a inserção dos estudantes em atividades de pesquisa e extensão. Essa inserção se dará a partir de projetos de apoio à agricultura familiar nas regiões, desenvolvidas a partir da planejada implantação futura de um Laboratório Agroecológico do Baixo Tocantins, que buscará apoio por meio de cooperações nacionais e internacionais. Os projetos previstos para serem desenvolvidos neste laboratório - que se pretende ser interdisciplinar - serão orientados considerando um programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento, que atuará a partir de linhas definidas de pesquisa e extensão e cujos temas/problemáticas a serem tratados variam de acordo com as especificidades da região e variam ao longo do tempo dependendo dos diferentes contextos, porém obrigatoriamente abrangendo a formação na área tecnológica em agroecologia. Será dado destaque à possibilidade de realização de experimentação em meio real (não controlado), de forma a tornar as propriedades dos agricultores familiares da região e as comunidades verdadeiros espaços de construção e sistematização do conhecimento agroecológico, contribuindo também para possibilitar o diálogo entre os saberes locais dos agricultores e os saberes técnicos trazidos pelos docentes e estudantes do curso. As atividades de pesquisa a serem desenvolvidas a partir da articulação com a proposta do curso devem ir ao encontro das proposições das temáticas norteadoras da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM), na qual se encaixa no âmbito do Campus de Abaetetuba o curso proposto, podendo ser descritas partindo das seguintes bases de planejamento e ação, envolvendo projetos de pesquisa já realizados por docentes da UFPA / CUBT e levando em conta a realidade do meio rural da região do Baixo Tocantins: - As relações sociedade-natureza no Baixo Tocantins: um olhar a partir da agricultura familiar regional e das suas formas de manejo e gestão dos recursos naturais. Os elementos delineadores dessa base de ação na pesquisa acadêmica visam levantar dados primários e secundários sobre os sistemas produtivos constituídos na região do Baixo Tocantins para compreender as especificidades da agricultura familiar regional, que têm um peso importante das atividades agroextrativistas; e caracterizar quais os elementos orientadores das relações desses agricultores com a natureza presente na região. A partir desses aspectos, é importante

acompanhar, através de procedimentos metodológicos específicos, como se configuram as complexas formas de relação dos agricultores familiares e populações extrativistas na região com os recursos naturais (dando destaque aos recursos hídricos e aos elementos florestais). - Interações entre os saberes locais dos agricultores e saberes técnicos para subsidiar intervenções de desenvolvimento. Esse direcionamento possível para as ações de pesquisa busca construir uma análise das condições sociais de produção e apropriação dos conhecimentos relativos aos sistemas produtivos locais, e também permitir a observação dos mecanismos de tradução / contato entre conhecimentos diferenciados (de pesquisadores e extensionistas e de agricultores familiares), tendo em vista principalmente subsidiar a interação entre saberes distintos no âmbito da análise das situações de eventuais trocas de experiências e informações entre os atores sociais do meio rural regional. - Experiências promissoras de uso, manejo e gestão de recursos naturais de base agroecológica. A ideia central dessa linha de planejamento e atuação na pesquisa científica é a busca de identificar, caracterizar e sistematizar algumas experiências consideradas inovadoras na região do Baixo Tocantins, no âmbito das práticas locais relativas aos sistemas de produção agropecuários existentes regionalmente. O foco predominante de estudo são as iniciativas que podem ser incluídas na designação de "agroecológicas", ou seja, pautadas em uma relação sustentável (em longo prazo) entre os modos de exploração agropecuária e os aspectos socioambientais nas áreas rurais do Baixo Tocantins. - Estudo dos ecossistemas na região do Baixo Tocantins. Essa base de pesquisa científica no âmbito da FADECAM tem como foco caracterizar os ecossistemas da região do Baixo Tocantins, a partir das experiências locais de uso e manejo agroecológico dos recursos naturais pelos agricultores familiares, além de diagnosticar a realidade que envolve a produção familiar nos diferentes sistemas de produção existentes no Baixo Tocantins e, por fim, identificar possíveis multiplicadores dentro da agricultura familiar com conhecimentos agroecológicos. Assim, a constituição de uma política de pesquisa assentada em tais elementos fundamentais, já desenvolvidos em ações de pesquisa levadas a cabo por docentes e discentes da FADECAM, no Campus Universitário de Abaetetuba da UFPA no meio rural do Baixo Tocantins, permite uma inter-relação com as ações de extensão (conforme descritas a seguir), e também com as atividades de ensino já previstas nos componentes curriculares do curso, o que possibilita uma inserção da dimensão da pesquisa pautada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

A Extensão faz parte dos objetivos da UFPA para os cursos de graduação, e, de fato, se constitui em um elemento importante à formação profissional do aluno. De forma que, as atividades de Extensão deverão se fundamentar na estreita relação com a realidade, o que significa dizer que as problemáticas levantadas devem, necessariamente, estar em consonância com os problemas encontrados na região, considerando as questões mais amplas que envolvem o fenômeno educativo. As ações extensionistas serão elaboradas por docentes, discentes e técnico-administrativos objetivando a interação entre o conhecimento científico produzido na Universidade e sua interface nas múltiplas realidades do campo. As atividades de extensão devem ser incluídas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, constituindo parte do percurso acadêmico obrigatório dos graduandos, respeitando o perfil profissional e as peculiaridades do currículo, configurado na matriz formativa de cada curso. Do total da carga horária exigida para a integralização do curso, deve ser destinado o mínimo de 10% (dez por cento) às atividades de extensão, conforme estabelece o Plano Nacional de Educação, definida no regulamento da Graduação da UFPA (Art. 63, § 2º). Assim, as áreas temáticas nas quais se inserem as atividades de extensão previstas para o curso são: Educação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, como dispõe o Art. 64 do Regulamento da Graduação (UFPA, 2013), em conformidade com o Plano Nacional de Extensão. Em busca de garantir a carga horária mínima para a política de extensão no desenho curricular do curso de Tecnologia em Agroecologia, propõe-se no presente PPC que haja espaço para ações de extensão no âmbito de algumas atividades curriculares, conforme consta da Contabilidade Acadêmica do Curso. Assim, os períodos previstos para as atividades de extensão (286 horas, ou 10,1% da Carga Horária) resultariam no mínimo necessário na carga horária total do curso - em conformidade com o que exige o Regulamento da Graduação da UFPA. Essa carga horária será fundamental para articular ações de extensão a partir dos conteúdos que serão trabalhados nas temáticas que propõe, e por isso essas atividades curriculares são consideradas como elementos indissociáveis da política de extensão prevista pela formação continuada desse curso de graduação. As disciplinas apresentam uma carga horária específica para as atividades teóricas e teórico-práticas, destinada ao desenvolvimento de ações de extensão junto à comunidade externa à UFPA, e ligada ao meio rural do Baixo Tocantins. Esses períodos disponibilizados a partir dessa carga horária serão bastante flexíveis, pois poderão ser efetivados por meio de cursos e eventos (oficinas, seminários, prestação de serviços, etc.), projetos (ações de extensão voltadas para a atuação na realidade local visando o desenvolvimento rural, etc.), e outros tipos de atividades que serão realizadas baseadas nas disciplinas previstas para dar suporte a essa política de extensão e das práticas de vivência que farão parte dos estágios

supervisionados previstos para o curso. Dessa maneira, em várias atividades curriculares selecionadas, o ideal é que sejam realizadas ações junto à comunidade externa à universidade, agregando docentes e discentes do curso com participantes que não sejam da UFPA. Sendo assim, seminários, palestras, visitas monitoradas, cursos técnicos de curta duração e ações pontuais de participação planejadas junto a instituições de assessoria e entidades representativas da realidade rural do Baixo Tocantins, serão incentivadas, dentre outras práticas que podem caracterizar o perfil de extensão que o curso Tecnológico em Agroecologia requer e permite realizar. Serão consideradas atividades de extensão aquelas que privilegiem especialmente a relação das produções intelectuais com atuação e projetos que colaborem para a integração entre a comunidade e a Universidade, fazendo da primeira um importante foco do retorno das ações da Universidade enquanto Instituição social para a sociedade. Tais execuções poderão ser desenvolvidas no conjunto das atividades curriculares denominadas de disciplinas de ensino ou atividades planejadas, coordenadas por um docente responsável designado pela faculdade. A política de extensão do curso se inscreve na elaboração de uma proposta interligada de pesquisa-formação, que se localiza tanto na mediação entre a Universidade e as organizações locais de apoio aos agricultores familiares na região do Baixo Tocantins. Considerando que é preciso conhecer o contexto para intervir na realidade, um aspecto fundamental de suporte da política de extensão do curso será a análise e reflexão sobre o meio rural do Baixo Tocantins, a partir da articulação com a política de pesquisa, como descrito acima.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A proposta pedagógica do curso Tecnológico em Agroecologia já se apresenta com uma política de inclusão ao se colocar no horizonte da qualificação para as populações do campo historicamente excluídas de processos decisórios na sociedade. Isso ainda se amplia quando, além da oferta normal das disciplinas também propõe-se o planejamento de políticas de inclusão social unindo esforços dos educandos, da sociedade civil e dos movimentos representativos. Tais iniciativas vislumbram: ? Investir esforços nos movimentos das populações rurais para prosseguir na construção de uma sociedade igualitária, na qual os direitos humanos possam ser respeitados nas suas dimensões civis, políticas e sociais; ? Propiciar oportunidades de participação e discussão dos movimentos sociais, ONGs e de outros setores da sociedade civil para que desenvolvam ações propositivas e capazes de fazê-los participar eficazmente de negociações e deliberações; ? Inspirar e potencializar

ações políticas institucionais em todos os setores da sociedade, para difundir práticas democráticas ampliadoras da cidadania; ? Proporcionar curso de LIBRAS voltado para a realidade da população do campo ao longo do período de formação, para docentes e discentes habilitando-os a lidar com possíveis estudantes com necessidades especiais, com a elaboração de materiais didáticos especializados para essas pessoas. ? Propiciar o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, por meio da atenção e do atendimento multiprofissional, incluindo o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, conforme estabelece a Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012). Sendo assim, o debate sobre a inclusão social e a educação inclusiva apresenta resultados importantes em torno desse objeto de estudo, enfocando principalmente no fato de que há uma distância importante a ser percorrida entre os planejamentos estatais para garantir a inclusão nas políticas educacionais, e as ações que são tomadas nos contextos concretos das instituições de ensino, nas quais as políticas alcançam pequena repercussão, são raramente ou não são discutidas. Falta um maior conhecimento, tanto por parte dos educadores, quanto dos gestores, sobre as discussões envolvendo a aplicação de políticas em torno da educação inclusiva. No que se refere especificamente à inclusão social dos portadores de necessidades especiais nas instituições de educação superior, a falta de adaptação da infra-estrutura e dos instrumentos educacionais disponíveis gera dificuldades para a inclusão de pessoas deficientes, persistindo ainda tendências instrumentais para lidar com a questão, com a formação dos profissionais da educação sendo baseada, muitas vezes, na dotação de saberes técnicos, que enfatizam prioritariamente o ?como fazer?, sem haver um debate local sobre práticas pedagógicas que emanem da vivência cotidiana dos educadores com os educandos e o restante da comunidade, nas situações em que se adotam práticas de escolarização dos discentes portadores de necessidades especiais. É importante frisar que a discussão sobre esse item atende especificamente ao Artigo 112 do Regulamento da Graduação da UFPA (Resolução nº 4.399, de 14 de maio de 2013). No que se refere ao que esse artigo exige, o Campus Universitário do Baixo Tocantins / Abaetetuba possui sua infraestrutura, em grande parte, adaptada ao acesso de portadores de necessidades especiais a suas dependências acadêmicas, ,por exemplo:, rampas e elevadores de acesso a cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção em seus prédios; contando inclusive com banheiros adaptados ao uso de pessoas com problemas físicos. No Campus de Abaetetuba, existem outros cursos que trabalham especificamente com a problemática da educação, como é o caso do curso de Licenciatura em Pedagogia, que faz parte da Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS), e o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que faz parte da FADECAM. Assim, em

relação às formações que contribuem para o aperfeiçoamento das ações didático-pedagógicas em torno das iniciativas de educação inclusiva, o Curso de Tecnologia em Agroecologia disporá, em seu Projeto Pedagógico, da disciplina LIBRAS em caráter optativo. Assim, os alunos poderão cursar a referida disciplina (45 horas), visando complementar sua formação superior. Além disso, a Universidade Federal do Pará conta, em outros campi, com profissionais que trabalham com Educação Especial Inclusiva, em Núcleos de Pesquisa e Extensão, ou mesmo através de iniciativas nessa temática, o que de certa maneira, pode suprir a falta de formações específicas para docentes, técnicos administrativos e outros discentes em relação às práticas de inclusão social dos eventuais alunos do presente curso que sejam portadores de necessidades especiais, dependendo da demanda por esse tipo de ação. O Campus pode ainda realizar, caso seja demandado e como parte de uma política inclusiva, cursos de extensão e formação docentes e discentes acerca do conhecimento de diferentes linguagens e técnicas de aprendizado específicas, visando contribuir para a formação permanente de professores e gestores da educação no que se refere às práticas e princípios da educação inclusiva (UFPA, 2010).

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

As disciplinas curriculares do Curso de Tecnologia em Agroecologia serão articuladas através da dinâmica da intercalação entre atividades em sala de aula e atividades práticas de campo, e ofertadas em 7 blocos organizados em disciplinas curriculares. O curso atenderá os horários de aulas apresentados na Resolução da UFPA n° 3539/2007. Cada bloco de disciplinas será realizado no Campus Universitário de Abaetetuba-Baixo Tocantins. As atividades práticas serão realizadas em áreas destinadas especificamente para esse fim, nos estabelecimentos agrícolas familiares e nas comunidades do campo. Assim, as localidades rurais e estabelecimentos familiares serão espaços importantes de levantamento de informações e experimentações agrícolas realizadas em meio real. A Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM), à qual o curso estará vinculado no Campus Universitário de Abaetetuba, promoverá o planejamento, acompanhamento e a avaliação permanente das atividades acadêmicas em consonância com o que estabelecem o Regimento Geral e o Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA. O planejamento é atividade obrigatória que se desenvolverá regularmente no início de cada um dos períodos letivos e ocorrerá com a presença de todos os docentes lotados no Campus ? efetivos e temporários ? em reuniões agendadas conforme o estabelecido no Calendário Acadêmico da UFPA. É

imprescindível para o início das atividades acadêmicas a cada período letivo a realização da avaliação, do período letivo anterior para dar subsídios ao planejamento coletivo do período letivo subsequente. O planejamento do período letivo compreenderá: - Diagnóstico do período letivo anterior, apontando o índice de satisfação de discentes, docentes e técnicos, referente às atividades de ensino, pesquisa, extensão, infra-estrutura e relacionamentos interpessoais; - Os resultados das atividades de extensão e pesquisa no ensino; - Plano de curso de todas as atividades curriculares; - Cronograma de oferta de atividades curriculares; - Cronograma de participação de docentes, discentes e técnicos administrativos em eventos científicos culturais, cursos, treinamentos e reuniões; - Instrumentos de avaliação do período letivo anterior. Durante o período de planejamento os docentes discutirão conjuntamente sobre a metodologia, os planos de curso e estratégias didáticas a serem desenvolvidos no período letivo subsequente. A FADECAM recomendará que os docentes apresentem e discutam com os discentes, no primeiro dia de aula, o programa da atividade curricular, as temáticas das atividades complementares extensionistas e o plano de ensino.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A avaliação acadêmica levará em consideração as Normas do Sistema Acadêmico vigente na UFPA, com o envolvimento de professores e alunos. De acordo com as Normas Acadêmicas, o aluno será considerado aprovado se apresentar frequência de 75% nas atividades acadêmicas e desempenho mínimo exigido na legislação em vigor da UFPA. Serão consideradas as seguintes prerrogativas desse processo: a) A avaliação deve ocorrer de maneira contínua e progressiva, abrangendo todos os momentos do curso; b) A avaliação deve abranger os múltiplos aspectos de aprendizagem e, indo além da aferição e conhecimento, considerando atitudes, comportamentos, compromisso com o trabalho, entre outros pontos. A sistemática do processo avaliativo seguirá os seguintes passos: 1. A avaliação será diagnóstica, formativa, permanente, contínua e cumulativa, com a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, obedecendo à ordenação e a sequência de ensino bem como a orientação do currículo; 2. Podem ser utilizados como instrumentos avaliativos: seminários, pesquisas, produção escrita, provas, experimentos, entre outros. Ressaltando-se que, tais instrumentos deverão possibilitar o acompanhamento e apreciação específica das aquisições dos conhecimentos e competências; 3. Caberá ao corpo de professores estabelecerem normas e diretrizes em relação aos

instrumentos a serem utilizados no processo de avaliação; 4. Serão considerados itens importantes para a avaliação, o interesse e a participação dos acadêmicos nos trabalhos de campo e práticas de laboratórios; 5. Os resultados das avaliações serão expressos através de notas em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), os quais serão transpostos para conceitos, sendo INSUFICIENTE, REGULAR, BOM E EXCELENTE; 6. Para aprovação no curso, o acadêmico deverá participar obrigatoriamente das atividades e cumprir no mínimo, 75% de frequência, conforme estabelece o artigo 178 do Regimento Geral da UFPA(UFPA, 2006); 7. Os resultados a cada final de bimestre estarão à disposição dos alunos na Faculdade do Curso de Tecnologia em Agroecologia, bem como no Sistema SIGAA, neste último caso estará acessível ao discente para consulta em qualquer dia ou horário que julgar necessário. De acordo com a regulamentação vigente da UFPA, o diagnóstico da aprendizagem dos discentes construída durante o curso deverá ser feito de forma articulada às atividades curriculares - buscando-se superar a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem a partir das disciplinas ? e por meio da análise da produção acadêmica / científica dos discentes. São propostos aqui como instrumentos de avaliação: - Produção individual e coletiva Material construído pelos discentes e relacionado a um determinado período de formação, a exemplo de provas (de cunho objetivo e/ou subjetivo), artigos, sínteses, relatórios, projetos, seminários, resenhas, textos diversos, etc, a critério da livre escolha dos docentes responsáveis pelas atividades curriculares. - Plenárias de auto-avaliação: Os discentes do curso possam manifestar juízo sobre seu desempenho individual e coletivo do corpo discente a partir das atividades curriculares propostas. Tais plenárias deverão ser anuais, juntamente com o processo de avaliação mais geral do curso.

A concepção de ensino dos cursos ofertados pela UFPA concebe a avaliação como elemento fundamental do processo pedagógico. Desta forma, o processo avaliativo docente se faz fundamental para que possamos repensar a metodologia do curso, assim como os instrumentos de avaliação e acompanhamento do mesmo. Por isso, concomitantemente com as atividades realizaremos coletivamente avaliação docente e no final de cada etapa será organizado um seminário envolvendo professores, alunos e a equipe pedagógica com a intenção de discutir os caminhos percorridos na etapa, redimensionar a proposta e avaliar os resultados obtidos. A avaliação da ação docente é assumida aqui em sua perspectiva formativa, como procedimento de qualificação docente, tendo como horizonte a melhoria do ensino e a reorientação da proposta de formação do curso, quando necessário. Propõem-se como estratégias desta avaliação, a avaliação do corpo discente sobre o desempenho docente e a avaliação coletiva dos próprios docentes (UFPA, 2009). São sugeridos aqui como

meios-instrumentos de avaliação docente: - Ficha de avaliação dos discentes sobre o desempenho docente (Expressa e registra a análise individual dos discentes sobre o desempenho dos docentes nas atividades curriculares do curso, em itens como capacitação e habilidade profissional, assiduidade e pontualidade, cumprimento do conteúdo programático, relações humanas e oratória, recursos e materiais didáticos utilizados, atividades teórico-práticas realizadas, etc.); - Plenárias de avaliação e auto-avaliação (Os discentes do curso manifestam-se sobre o desempenho individual e coletivo dos educadores, e os educadores coletivamente podem se auto-avaliar em relação ao processo de ensino-aprendizagem nas atividades curriculares desenvolvidas no curso. Serão realizadas com periodicidade anual, e conjuntamente com as plenárias de auto-avaliação coletiva do corpo discente e técnico-administrativo (UFPA, 2009b).

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A avaliação global do curso se constituirá em uma atividade permanente, contínua, sistemática e dialógica envolvendo os agentes escolares (professores, coordenação e técnicos), alunos, representantes das comunidades envolvidas no projeto. A avaliação das atividades didático-pedagógicas será realizada ao término de cada período letivo e o respectivo planejamento a cada início de período letivo, envolvendo principalmente os docentes, discentes e coordenadores envolvidos nas atividades acadêmicas previstas no projeto pedagógico de curso. No processo de desenvolvimento das atividades curriculares propostas teremos, ao fim de cada período letivo, um momento de avaliação da condução metodológica do curso. Serão aplicados questionários para os professores e alunos envolvidos nas atividades curriculares de cada período letivo. Os dados coletados junto aos mesmos serão sistematizados para serem apresentados nos seminários integradores em que participaram professores, alunos e os representantes de cada município envolvidos no curso. A avaliação da organização e do desenvolvimento do curso como um todo, de forma a ter indicações sobre sua qualidade e alcance de seus objetivos, sob o pretexto de melhorá-lo ou reorientar seus rumos, obedecerá aos critérios estabelecidos na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior ? SINAES (IFPA, 2010). Para atender às diretrizes legais, a avaliação também deverá se dar em quatro momentos: - Avaliação feita pelo corpo discente: Serão avaliadas a estrutura curricular do curso e sua organização pedagógica, a utilização dos espaços educativos nas atividades curriculares (laboratórios científicos e de informática, a biblioteca do Campus Universitário

de Abaetetuba, salas de aula, estágios de campo e outros), a atuação dos docentes que atuarão no curso, a logística de funcionamento e a estrutura requerida para a realização das atividades propostas, o diálogo com os coordenadores do curso e da Faculdade, entre outros elementos. O principal instrumento para esta avaliação será a realização de um seminário anual de discussão sobre o PPC e sobre o processo educativo proposto pelo curso, com o objetivo de analisar se os procedimentos metodológicos e as metas da graduação estão sendo atingidas, de forma a orientar possíveis correções de curso na formação dos discentes; - Avaliação feita pelo corpo docente: Além dos elementos que serão avaliados pelos discentes, conforme descrito acima, ao corpo docente também se atribui a auto-avaliação, através de debates estimulados com os discentes e com seus pares no seminário anual proposto para a avaliação do PPC. A partir da constituição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, com a sua formação sendo constituída por docentes visando analisar e avaliar continuamente o PPC, esses procedimentos avaliativos serão fortalecidos; - Avaliação feita pelo corpo técnico-administrativo: Seguirá as mesmas regras descritas para as avaliações do corpo docente e discente, inclusive com critérios de auto-avaliação; -Avaliação conjunta com a presença dos corpos discente, docente e técnico-administrativo, e se possível, com representantes da sociedade local organizada ligados ao meio rural, com o objetivo de ter uma leitura crítica e ampliada, a partir de diferentes pontos de vista, do funcionamento do curso para, então, traçar linhas de atuação e/ou reorientação desejadas. Este Projeto Pedagógico será avaliado periodicamente e as adequações de forma, conteúdo e aplicação decorrentes serão implantadas e executadas. Assim, o conjunto do corpo docente e discente do curso, juntamente com o NDE do curso e com o apoio do Campus Universitário de Abaetetuba, compromete-se a avaliar esse Projeto anualmente e, se necessário, propor alterações a cada três anos (UFPA, 2013). Além dessas avaliações, será realizada uma análise periódica interna dos resultados alcançados pelo curso em termos de formação, por meio de indicadores quanti-qualitativos para cada turma formada: índices de aprovação, número de concluintes e tempo de formação; produção científica dos alunos e inserção em projetos integrados de pesquisa, ensino e extensão; inserção no mercado do trabalho local / regional e em programas de pós-graduação, relacionados direta ou indiretamente à área das ciências agrárias e da natureza; entre outros elementos que poderão ser definidos e/ou modificados a critério da Faculdade e da coordenação do curso. Essa análise interna será efetuada por meio de plenárias de avaliação realizadas entre o corpo discente, técnico-administrativo e corpo docente, após o término de cada turma específica.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
ABEL FERREIRA GOMES NETO	Mestre	FÍSICA	40 horas
AFONSO WELLITON DE SOUSA NASCIMENTO	Doutor	SOCIOLOGIA	Dedicação Exclusiva
DEUSA MARIA DE SOUSA	Doutor	HISTÓRIA	Dedicação Exclusiva
ELIANA TELES RODRIGUES	Doutor	ANTROPOLOGIA	Dedicação Exclusiva
FLAVIO VARGAS ANDRADE	Doutor	QUÍMICA	Dedicação Exclusiva
FRANCINEI BENTES TAVARES	Doutor	SOCIOLOGIA	Dedicação Exclusiva
JONES DA SILVA GOMES	Doutor	ANTROPOLOGIA	Dedicação Exclusiva
JOSÉ FRANCISCO SILVA DA COSTA	Doutor	FÍSICA	Dedicação Exclusiva
LINA GLÁUCIA DANTAS ELIAS	Mestre	PEDAGOGIA	Dedicação Exclusiva
LÍVIO SÉRGIO DIAS CLAUDINO	Doutor	AGRONOMIA	Dedicação Exclusiva
Mara Rita Duarte de Oliveira	Doutor	PEDAGOGIA	Dedicação Exclusiva
MÁRCIA MONTEIRO CARVALHO	Mestre	LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES, ENSINO DE LÍNGUAS, LIBRAS	Dedicação Exclusiva
MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA PEREIRA	Mestre	BIOLOGIA	40 horas
OSWALDO DOS SANTOS BARROS	Doutor	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	Dedicação Exclusiva
RICARDO EDUARDO DE FREITAS MAIA	Mestre	AGRONOMIA	Dedicação Exclusiva
ROBERTA ROWSY AMORIM DE CASTRO	Mestre	AGRONOMIA	Dedicação Exclusiva
ROBSON ANDRÉ BARATA DE MEDEIROS	Mestre	MATEMÁTICA	Dedicação Exclusiva
RONALDO LOPES DE SOUSA	Doutor	BIOLOGIA	Dedicação Exclusiva
SEBASTIÃO MARTINS SIQUEIRA CORDEIRO	Doutor	MATEMÁTICA	Dedicação Exclusiva
YVENS ELY MARTINS CORDEIRO	Doutor	BIOLOGIA	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

NOME: LUCIDÉIA DIAS CARDOSO CARGO: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

NOME: ANA DE SARGES BARBOSA CARGO: TÉCNICA EM ASSUNTOS
EDUCACIONAIS CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Mini-auditório destinado à realização de aulas e pequenos eventos.	Imóvel	90	Aula	1
Sala onde se realizam as atividades de cunho administrativo e pedagógico concernentes ao curso, sendo dividida em secretaria e gabinete do Coordenador.	Secretaria	5	Administrativa	1
Laboratórios de Informática destinados a pesquisas acadêmicas e a aulas que demandem a utilização de microcomputadores.	Laboratório	40	Aula	2
Gabinetes para uso dos docentes do curso, onde se realizam estudos e orientação de trabalhos dos alunos.	Sala	2	Orientação acadêmica	14
Salas climatizadas onde são realizadas as atividades de ensino.	Sala	50	Aula	20
Auditório destinado à realização de eventos.	Imóvel	200	Aula	1
Biblioteca para uso de alunos e professores do Campus de Abaetetuba, possui acervo de livros, periódicos e recursos multimídia.	Imóvel	40	Administrativa	1
Serão envidados esforços pelo Campus Universitário de Abaetetuba da UFPA para atender a estrutura mínima necessária para o curso de Tecnologia em Agroecologia (Laboratório de Biologia, Laboratório de Solos, Laboratório de Processamento de Alimentos de Origem Vegetal e Animal, e Laboratório didático: área de plantio e criação de animais, compostagem orgânica, viveiro de produção de mudas, etc), visando atender o disposto no Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia (MEC, 2016). Estão sendo buscadas parcerias e convênios pelo Campus, juntamente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA - Campus de Abaetetuba), e à Secretaria Municipal de Agricultura de Abaetetuba, buscando garantir a estrutura mínima de funcionamento do curso tecnológico proposto.	Laboratório	40	Aula	4

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Sala onde se realizam as atividades de cunho administrativo e pedagógico concernentes ao curso, sendo dividida em secretaria e gabinete do Coordenador.	computador	Cedido	3	Utilizado para atividades administrativas.
	mesa	Cedido	3	Utilizado para atividades administrativas.
Salas climatizadas onde são realizadas as atividades de ensino.	datashow	Cedido	20	Utilizados para as atividades pedagógicas e de ensino.
	quadro magnético	Cedido	20	Utilizados para as atividades pedagógicas e de ensino.

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989.

_____. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 110 p.

_____. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592 p.

BACHELARD, G. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 436/2001, 02 de abril de 2001. Cursos Superiores de Tecnologia? Formação de Tecnólogos: MEC / CNE - CES, 2001. 23 p.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno. Resolução nº 03, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília: MEC / CNE - CP, 2002. 03 p.

_____. Parecer CNE / CP nº 03, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Brasília: MEC / CNE - CP, 2004. 21 p.

_____. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC / CNE - CP, 2004. 02 p.

_____. Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos Brasília: MEC / CNE - CP, 2012. 03 p.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação

Superior. Parecer CNE/CES nº 239, de 6 de novembro de 2008. Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. Brasília: MEC / CNE - CES, 2008. 07 p.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno. Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC / CNE - CP, 2012. 07 p.

_____. Ministério da Educação Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, 3. ed., 2016. 194 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: CC / PR, 2008. 01 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: CC / PR, 2012. 01 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12764.htm>. Acesso em: 05 out. 2017.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (Orgs.). Princípios e perspectivas da agroecologia. Curitiba: IFPR, 2011. p. 83-120.

CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. (Orgs.). Princípios e perspectivas da agroecologia. Curitiba: IFPR, 2011. 192 p.

COSTA, F. A. O Plano Plurianual 2004-2007 (PPA) e a Amazônia. Belém, 2003. 19 p. (mimeo.).

DEMO, P. Saber pensar. 2 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

_____. Educar pela pesquisa. 8 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 35 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, M. Pedagogia da Práxis. São Paulo: Cortez / IPF, 1995.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ? IBGE. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ ? IFPA. Campus de Castanhal. Projeto Político Pedagógico do Curso de Agronomia ? Bacharelado. Castanhal: IFPA, 2010. 102 p.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - NEES. Campus Universitário de Marabá, Faculdade de Educação. Formação Docente e Práticas Inclusivas na Educação Básica. Marabá: UFPA / CAMAR, 2010.

SILVA, L. M. S.; SILVA, M. A. L.; SOUZA, H.; BRITO, G. Grupo de Trabalho Agroecologia: síntese de reflexões construídas nos últimos anos de atividades do GT. In: FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO ? SUL E SUDESTE DO PARÁ. 5ª Conferência Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará. Marabá-PA: FREC/SUPA, 2011. 65 p. (mimeo.).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS ? UFSCAR. Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agroecologia. São Carlos: UFSCAR, 2009. 100 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA. Regimento Geral da UFPA. Belém: UFPA, 2006. 68 p.

_____. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 4.399, de 14 de maio de 2013 ? Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA. Belém: UFPA, 2013. 32 p.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025. Belém: UFPA / PROPLAN, 2016. 172 p.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Relatório de Gestão do Exercício de 2016. Belém: UFPA / PROPLAN, 2017. 239 p.

_____. Campus Universitário de Abaetetuba. Plano de Desenvolvimento da Unidade 2013-2015. Abaetetuba-PA: UFPA/CAAB, 2012. 74 p.

_____. Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Educação. Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Agronomia. Altamira: UFPA, 2003. 133 p.

_____. Campus Universitário de Marabá, Faculdade de Educação. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Marabá: UFPA / CAMAR, 2009a. 111 p.

_____. Campus Universitário de Marabá, Faculdade de Educação. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo. Marabá: UFPA / CAMAR, 2009b. 86 p.

_____. Núcleo de Educação Especial - NEES. Campus Universitário de Marabá, Faculdade de Educação. Formação Docente e Práticas Inclusivas na Educação Básica. Marabá: UFPA / CAMAR, 2010. Disponível em: <<http://nees-ufpa.blogspot.com/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

_____. Campus Universitário do Tocantins / Cametá. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais. Cametá: UFPA / CUNTINS, 2011. 74 p.